

# IMPACTOS DA TERCEIRIZAÇÃO NO COTIDIANO DO TRABALHADOR

## Autores:

Aridjaime Da Silva Souza  
Gabriel Oliveira de Faria  
Kaique Esteves Gomes  
Lucas Duarte Pinheiro  
Matheus Vitor Santos

Thamires Kauanne de Barros Jesuino

Orientador: Gerson S. Machado  
Curso Técnico em Administração– 2024

## INTRODUÇÃO

A terceirização no Brasil começou em 1974, com foco em trabalho temporário. Após a Constituição de 1988, o debate sobre precarização dos direitos trabalhistas cresceu, especialmente com a busca das empresas por redução de custos. A reforma trabalhista de 2017 (Lei 13.467) permitiu a terceirização irrestrita, incluindo nas atividades principais das empresas, o que gerou críticas sobre a desproteção dos trabalhadores e a criação de um mercado de trabalho desigual, com condições precárias para terceirizados. Além disso, a falta de conhecimento sobre direitos trabalhistas e educação jurídica dificulta o acesso à justiça, agravando a precarização.

## OBJETIVO

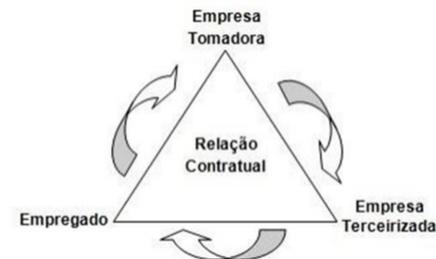
Demonstrar o desmonte dos direitos trabalhistas, face a insegurança e a falta de proteção jurídica ao trabalhador, na qual a terceirização criou situações que diminuíram apenas os custos de empregadores diretos pela tomadora, com prejuízo aos empregados aumentando o poder econômico das grandes corporações.

## METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa envolve levantamento bibliográfico e aplicação de questionários estruturados a uma amostra representativa. Os dados serão analisados com métodos estatísticos descritivos para identificar padrões sobre as implicações das reformas trabalhistas e a precarização causada pela terceirização. A pesquisa, realizada no Google Forms, consistiu em quatro perguntas para avaliar o nível de conhecimento da população sobre as mudanças na reforma trabalhista.

## RESULTADOS

A falta de conhecimento da população brasileira sobre seus direitos trabalhistas é um grande obstáculo social, dificultando o acesso à Justiça. Esse problema está intimamente ligado à desinformação, que impede o exercício pleno da cidadania e da qualificação para o trabalho, conforme estipulado pela Constituição. Fatores históricos, como a relação entre Estado, poder e ideologia, além da colonização, contribuíram para essa falta de educação jurídica, restrita a uma elite, afastando o conhecimento das leis da grande maioria da população.



## CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a Reforma Trabalhista evidenciou a falta de compreensão dos trabalhadores sobre as mudanças trazidas pela Lei 13.467/2017, apontando para uma significativa lacuna de conhecimento jurídico que impacta diretamente a aplicação prática dos novos direitos e deveres. A desinformação continua sendo uma barreira no acesso à justiça e à efetivação dos direitos trabalhistas. O estudo destaca a importância de promover campanhas de conscientização e a necessidade de uma educação jurídica mais inclusiva, voltada para o fortalecimento da cidadania e a melhoria das condições de trabalho. Além disso, sugere que novas pesquisas sejam feitas para avaliar os impactos de longo prazo da reforma, especialmente nos setores mais vulneráveis e nas políticas de proteção social.

## REFERÊNCIAS

CASSAR, Vólivia Bomfim. Direito do Trabalho. Editora Método. 2017  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho: Homenagem a Armando Casimiro Costa. Editora LTR, 2015.  
NETO, Rodolfo W.; SOUZA, Gleice Domingues de. Reforma Trabalhista: Impacto no cotidiano das empresas, 1ª edição. São Paulo. Editora Trevisan, 2018. E-book. ISBN 9788595450271. Disponível em: . Acesso em: 13 out. 2023.